



-----**Mandato 2013/2017**-----

-----**Conferência de Representantes dos Grupos Municipais**-----

-----**Draft da Ata Número Dezanove**-----

Aos vinte e quatro dias do mês de julho de dois mil e catorze reuniu na sala um das Comissões, sita no edifício da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos dos artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo do Regimento deste órgão para o mandato dois mil e treze - dois mil e dezassete, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a qual foi presidida pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, tendo estado presentes os Deputados Municipais que assinaram a lista de presenças em anexo.-----

-----Esteve ainda presente, nos termos do número três do artigo vigésimo sétimo do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, e, em representação da Câmara Municipal de Lisboa, o Vereador Duarte Cordeiro que, também, assinou a referida lista.-----

-----Às onze horas e trinta e cinco minutos, a Senhora Presidente deu início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1. Aprovação da ata 17, de 30 de junho-----
2. Preparação das reuniões de 24.7.2014 e de 29.7.2014 – Ordens de Trabalhos e grelhas de tempos-----
3. Propostas pendentes-----
4. Calendário das reuniões plenárias de Setembro-----
5. Reestruturação dos serviços do GAAM – Relatório da Fase 1 – Relatório do levantamento de funções e diagnóstico da equipa de trabalho-----
6. Outros assuntos-----
- 6.1 Assembleia Distrital de Lisboa – posição do Conselho Metropolitano (edital 42/CML/2014, de 17 de junho)-----
- 6.2 Tomada de Posição do Conselho Metropolitano de Lisboa Sobre o anteprojeto de Regime Jurídico do Sistema de Serviço Público de Transporte de Passageiros-----
- 6.3 Reclamação sobre o Quarteirão dos Marianos – parecer da 3ª Comissão Permanente-----

-----**Ponto 1: Aprovação da ata 17, de 30 de junho**-----

-----**A Presidente** submeteu o *draft* da ata nº 17 (doc. nº 1) à consideração e votação da Conferência, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----**Ponto 5: Reestruturação dos serviços do GAAM – Relatório da Fase 1 – Relatório do levantamento de funções e diagnóstico da equipa de trabalho**-----

-----**A Presidente** referiu que iria passar ao ponto cinco da ordem de trabalhos uma vez que o mesmo respeitava a uma matéria que poderia ser dada a conhecer sem que estivesse presente algum membro da Conferência, observando que os representantes do Partido Socialista e do Partido Social Democrata ainda não tinham chegado.-----

-----Começou por informar que pedira à Dra. Paula Levy, diretora do DAOSM, e à Dra. Fátima Fonseca, Diretora Municipal dos Recursos Humanos, que fosse feito um estudo, um diagnóstico organizacional do GAAM de forma a poder ser feito um ajustamento entre o trabalho desenvolvido pelo referido Serviço e a estratégia definida pela Assembleia Municipal.-----

-----Explicou que havia um desajustamento entre o que o Serviço fazia e o que era efetivamente necessário fazer.-----

-----Disse que no GAAM havia apenas vinte por cento de trabalhadores que tinham a categoria de técnicos superiores, o que julgava ser insuficiente.-----



---Transmitiu que para a realização daquele trabalho havia sido constituída uma equipa de projeto constituída por elementos da Direcção Municipal de Recursos Humanos, do Departamento de Modernização de Sistemas de Informação e do próprio DAOSM, Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município, onde o GAAM se inseria.-----
---Sublinhou que a Equipa havia falado com os membros do seu Gabinete e consigo própria no sentido de serem identificados os problemas e de serem feitas sugestões de reestruturação.-----
---Disse que a Chefe do GAAM e os trabalhadores do GAAM tinham sido ouvidos e haviam tido a oportunidade de apresentar propostas de melhoria.-----
---Informou que era um projeto que estava previsto ser implementado em setembro.-----
---Afirmou, por último, que tinha sido apresentada uma proposta de constituição de três grandes áreas de trabalho relacionadas entre si, nomeadamente, uma administrativa, outra de apoio direto às Comissões e ao Plenário e outra de apoio à Comunicação e Divulgação.-----
---Naquele momento, entrou na sala o representante do Partido Socialista, Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo.-----

Ponto 2: Preparação das reuniões de 24.7.2014 e de 29.7.2014 – Ordens de Trabalhos e grelhas de tempos-----

---**A Presidente** referiu que apesar do Deputado Municipal Sérgio Azevedo ainda não ter chegado, estava presente na reunião o seu assessor, o qual, certamente, lhe transmitiria o conteúdo da mesma., pelo que iria dar continuidade à reunião, retomando a ordem normal dos trabalhos, ou seja, a apreciação do seu ponto dois.-----
---Esclareceu que tinha sido feita uma retificação ao ponto dois da Ordem de Trabalhos da vigésima segunda sessão extraordinária (doc. n.º 2), uma vez que tinha que ser feita referência não apenas à Proposta n.º 314/CM/2014, mas também à Proposta n.º 205/CM/2014.-----
---Disse que a Proposta n.º 314/CM/2014 substituía algumas peças anexadas à Proposta n.º 205/CM/2014, designadamente plantas, uma vez que as peças substituídas não estavam conformes entre si.-----
---Observou que a Câmara havia dito que as plantas não eram vinculativas.-----
---Salientou que a Proposta era legal, mas que havia desconformidade a nível da documentação, mais precisamente entre a planta de implantação e o artigo quarenta e quatro do Regulamento do Plano, justificando-se assim a necessidade de se proceder à retificação da referida planta.-----
---Disse que o Vereador Manuel Salgado havia sido informado que teria que haver alterações nesse sentido.-----
---Assinalou que o parecer da 3.ª Comissão havia sido aprovado antes das alterações.-----
---**O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo** frisou que o parecer da 3.ª Comissão não abordava aquele assunto, apesar do Plano ter sido muito discutido.-----
---Prosseguiu, dizendo que tinham sido apresentadas propostas por vários grupos municipais e que havia um parecer da Junta de Freguesia de Benfica, mas que aquela questão não tinha sido abordada.-----
---Salientou que a desconformidade tinha sido levantada pelo Deputado Municipal Miguel Santos, não pela 3.ª Comissão.-----
---Explicou que o Deputado Municipal Miguel Santos suscitara a questão da eventual incongruência dos documentos e que o relator lhe havia respondido que iria averiguar porque não sabia dar-lhe resposta naquele momento.-----



---Acrescentou que na sequência da apresentação da questão à Câmara haviam sido detetadas desconformidades, tendo essa situação sido abordada no dia anterior, na reunião da 3.^a Comissão, e sido decidido na referida reunião que toda a documentação teria que ser analisada.-----

---**A Presidente** sublinhou que fora ela própria a ver toda a documentação.-----

---**O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo** declarou que se a Proposta estava agendada, deveria ser debatida e que se o Vereador Manuel Salgado já estava em condições de apresentar todas as correções face aos alertas feitos, então a proposta deveria ser discutida.-----

---Acrescentou que ia mais longe, ou seja, na sua opinião, desde que a Câmara se compromettesse a efetuar, posteriormente, todas as alterações, o Plano poderia ser debatido e votado antes mesmo dessas alterações serem feitas, o que possibilitaria até que o próprio Plenário pudesse apresentar as suas sugestões, concluindo que poderia ser feita uma votação condicional.-----

---**A Presidente** sublinhou que a incongruência era sobretudo entre o artigo quarenta e quatro do Regulamento do Plano, o qual permitia a afetação da superfície de pavimento aos diversos usos previstos, e a planta de implantação, que não previa essa situação.-----

---Garantiu que enquanto fosse presidente não submeteria a votação, mas apenas a debate, situações em que se verificasse desconformidade de documentos.-----

---**O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo** disse que as regras teriam que ser sempre as mesmas.-----

---**A Presidente** discordou, argumentando que havia situações em que teriam que ser mais exigentes.-----

---**O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo** referiu que se a Câmara assumisse fazer as alterações necessárias, nada o levaria a desconfiar que as mesmas não fossem feitas, pelo que reiterava que o Plano poderia ser discutido e votado.-----

---Acrescentou que deveria ser adotada sempre a mesma metodologia e que já tinha havido casos semelhantes em que a Câmara havia assumido aquele tipo de compromisso e em que as propostas tinham sido votadas, mesmo sem as alterações.-----

---Admitiu que o ideal seria votarem a Proposta já com as correções, mas repetiu que se a Câmara se compromettesse a efetuá-las mais tarde, deveriam confiar e votar a Proposta mesmo sem as alterações.-----

---**O Deputado Municipal Miguel Santos** afirmou que a parte das correções era a mais simples e que o que, efetivamente, o preocupava era a suspeita de que poderia haver um compromisso de venda a alguém determinado, suspeita essa que resultava da confusão que existia a nível da documentação.-----

---Salientou que a hasta pública estava “ferida de morte” e que uma forma de a credibilizar seria retirar os lotes trinta e quarenta.-----

---**O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo** observou que o Deputado Miguel Santos estava a colocar o problema nos mesmos termos em que ele próprio o havia colocado na reunião da 3.^a Comissão Permanente.-----

---**O Deputado Municipal Miguel Graça** reconheceu que a aprovação condicionada de propostas acontecia frequentemente, mas sublinhou que naquele caso não deveria haver uma aprovação condicional.-----

---**A Presidente** lembrou que havia vários erros materiais e que ou a Câmara conseguia fazer as correções a tempo, e, nesse caso, a Proposta seria votada, ou não conseguia, e a Proposta seria adiada.-----

---Salientou que estavam perante duas questões diferentes, sendo que uma delas era o Plano e a outra a hasta pública, cabendo à Assembleia esclarecer essas situações.-----



---Sublinhou que o que levava o Deputado Miguel Santos a falar em compromisso assumido com alguém relativamente à venda de terrenos eram as palavras que o Diretor do Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial, Dr. António Furtado, havia proferido na reunião anterior da Conferência de Representantes, lembrando que, no entanto, o que aquele havia dito era que na sua opinião a hasta pública não iria ficar deserta porque havia interessados na compra dos terrenos.-----

---Realçou a vantagem da Proposta ser discutida na presença do Vereador Manuel Salgado e reiterou que a Proposta poderia ser discutida, mas que a respetiva votação só ocorreria após a entrada na Assembleia Municipal de Lisboa da documentação toda “direitinha”.-----

---**A 2.ª Secretária da Mesa, Deputada Municipal Margarida Saavedra**, disse que uma situação era uma proposta ser submetida à apreciação da Assembleia e o Plenário sugerir alterações, outra era uma proposta ser submetida à Assembleia com a respetiva documentação a apresentar várias incongruências a nível da documentação, concluindo que só com os documentos integralmente compatíveis entre si, coerentes entre si, a proposta deveria ser votada.-----

---Acrescentou que a Câmara Municipal de Lisboa era a inteira responsável pela entrega da Proposta nas condições devidas.-----

---Terminou, dizendo que discordava de tudo o que havia sido dito pelo Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo e que subscrevia totalmente o que a Senhora Presidente acabara de afirmar.-----

---**A Presidente** transmitiu que o Arquiteto Paulo Pais desvalorizara a questão que estavam a abordar com o argumento de que as plantas não eram vinculativas.-----

---**O Vereador Duarte Cordeiro** informou que o Vereador Manuel Salgado lhe confirmara que faria chegar o CD à Assembleia Municipal, contendo as devidas correções, até à hora do almoço.-----

---**A Presidente** referiu que, seguramente, a votação iria ser adiada, uma vez que ainda teria que ouvir o CD, concluindo que não tinha expectativa de aprovar algo que lhe era entregue à hora da reunião do Plenário.-----

---**O Vereador Duarte Cordeiro** argumentou que estavam identificados todos os problemas.-----

---**A Presidente** discordou, dizendo que não estavam todos.-----

---**O Vereador Duarte Cordeiro** reputou de estranha toda aquela situação, dizendo que a Câmara iria entregar a Proposta com as devidas alterações, fazendo o que lhe havia sido pedido, mas depois, no final, a Proposta não era votada.-----

---**A Presidente** comunicou que iria submeter ao Plenário a decisão de votarem a Proposta na terça-feira seguinte.-----

---**O Deputado Municipal Miguel Santos** disse não ver qualquer problema na votação de todo o Plano.-----

---**A Presidente** respondeu que se tratava de uma questão de princípio e não de fundo, reiterando que só submetia a votação propostas em que a respetiva documentação estivesse toda em conformidade, frisando que essa era mesmo uma obrigação da Mesa.-----

---**O Vereador Duarte Cordeiro** garantiu que não havia compromissos assumidos quanto à venda de terrenos em hasta pública, mas apenas meros interessados, desmentindo, assim, a leitura que acabara de ser feita pelo representante do PAN.-----

---Explicou que o fundamento para a hasta pública residia no desinteresse do equipamento existente.-----

---**A Presidente** informou os presentes que acabara de receber uma mensagem do Vereador Manuel Salgado na qual era dito que a documentação já “ia a caminho”.-----



----**O Deputado Municipal José Casimiro** afirmou não ver problema em que a questão de fundo fosse discutida, uma vez que anteriormente já se havia agido dessa forma.-----

----**A Presidente** repetiu que naquela situação havia incongruências, desconformidades entre o Regulamento do Plano e a documentação anexa ao Plano, devido a um erro dos Serviços, e que pelo que já dissera anteriormente, a Proposta poderia ser discutida, mas não votada.-----

----**O Deputado Municipal José Casimiro** concordou que se votasse na terça-feira.-----

----**O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo** disse que nada tinha a opor, mas que então deveriam passar a adotar o mesmo procedimento em relação a situações idênticas que ocorressem no futuro.-----

----**O Deputado Municipal José Moreno** afirmou que se estivessem reunidas as condições para a Proposta ser votada na reunião que iria decorrer à tarde seria ótimo, mas que no caso de tal não acontecer, poderiam votá-la na terça-feira, até porque a *décalage* em termos de tempo não era assim tão grande e a natureza da matéria exigia grandes cautelas.-----

----**O Deputado Municipal António Arruda** disse concordar com a metodologia da Mesa.-----

----**A Presidente** reafirmou que iria propor ao Plenário o adiamento da votação da Proposta para a terça-feira seguinte, uma vez que havia um problema processual resultante da circunstância dos documentos corrigidos irem ser entregues na Assembleia Municipal praticamente à hora da reunião, não permitindo que os senhores Deputados pudessem analisar as correções efetuadas.---

---Prosseguiu, referindo que tinha sido aditado à Ordem de Trabalhos da vigésima segunda Sessão Extraordinária um novo ponto, que seria o quinto, relativo à Proposta n.º 6/AM/2014 (doc. n.º 3).-----

---Explicou que o Município de Lisboa havia sido citado para uma providência cautelar no âmbito da qual tinha sido requerida a suspensão da eficácia de uma norma do Regulamento do Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Nascente.-----

---Disse que estava a ser solicitado à Assembleia Municipal que se pronunciasse sobre o referido processo cautelar e que decidisse se mantinha a sua deliberação anterior; acrescentou que a Lei não obrigava a que tudo parasse à espera da decisão final do tribunal, ou seja, que a Lei permitia que a execução do ato ou da norma pudesse prosseguir durante a pendência de um processo de suspensão de eficácia dos mesmos, desde que, mediante uma Resolução fundamentada, o autor do ato cuja suspensão da eficácia havia sido requerida, que naquele caso seria a Assembleia, reconhecesse que o diferimento da execução seria gravemente prejudicial para o interesse público.---

---Transmitiu que essa Resolução fundamentada teria que ser votada pela Assembleia de forma a dar entrada no Tribunal até dia vinte e oito.-----

---Propôs que o ponto cinco da Ordem de Trabalhos fosse o primeiro a ser discutido na Sessão que iria decorrer à tarde.-----

----**O Deputado Municipal Miguel Graça** perguntou qual a grelha que seria utilizada na discussão do referido ponto.-----

----**A Presidente** respondeu que seria a grelha base, ou seja, trinta e quatro minutos, justificando que o mesmo não oferecia grande discussão, e que o que estava em causa era apenas a manutenção da decisão anterior. Disse que, no entanto, se alguém entendesse que seria necessário mais tempo para a discussão do ponto cinco seria disponibilizado mais tempo para esse efeito.----

----**O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo** referiu que deveria haver uma tolerância de tempo, ou seja, três minutos com tolerância.-----

----**O Deputado Municipal José Casimiro** frisou que o Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Nascente havia sido discutido no Mandato anterior, pelo que entendia que seria necessário algum tempo para que se pudessem pronunciar sobre aquele assunto.-----



----**A Presidente** voltou a referir que havia um prazo, que estava, aliás, muito próximo, para que a Resolução desse entrada no tribunal.-----

----**A Segunda Secretária** sublinhou que ela própria votara contra o Plano, dado que considerara, à data, a existência de alguns riscos, mas acrescentou que não poderia deixar de se pronunciar sobre aquela questão dentro do prazo que a lei estabelecia.-----

----**A Presidente** afirmou que o Deputado Municipal José Casimiro poderia sempre votar contra a Resolução e reiterou que deveria ser dada prioridade à discussão daquela matéria, uma proposta à qual nenhum membro da Conferência se opôs.-----

----Prosseguiu, fazendo referência ao ponto três da ordem de trabalhos da Sessão, nomeadamente à Proposta n.º 241/CM/2014, relativa à apreciação do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Campus de Campolide.-----

----Disse que, naquele caso, a Mesa antes de votar a proposta da Câmara deveria votar o parecer da 3.ª Comissão, ainda que a votação do parecer pudesse prejudicar a apreciação da proposta.-----

----**O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo** defendeu que deveria ser seguida a prática anterior, dando o exemplo do Relatório de Monitorização.-----

----Recordou que os pareceres eram votados nas Comissões e vinculavam apenas as Comissões, davam orientações à Câmara, que as poderia seguir ou não.-----

----Frisou que só tinham votado pareceres em Plenário quando não havia propostas da Câmara.--

----**A Presidente** observou que o parecer da 3.ª Comissão dizia que a Câmara deveria retirar a Proposta.-----

----**O Deputado Municipal Miguel Graça** leu a conclusão do parecer cujo conteúdo se passa a transcrever “...*A aprovação do presente parecer na 3ª Comissão da Assembleia Municipal e a sua posterior discussão e votação em Plenário, com indicação de que deverá ser ponderada a reavaliação da Proposta de PPRUCC no que respeita aos edifícios que envolvem e fecham o EPL do lado nascente...*”.-----

----**A Presidente** realçou que era o próprio parecer que dizia que o Plenário o iria discutir e votar.-----

----**O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo** sublinhou que não cabia à Comissão do Urbanismo ser bloqueador de processos, cabendo-lhe apenas informar o Plenário e assumir a sua posição sobre os Planos, e concluiu que o que deveria ser votado em Plenário eram os Planos e não os pareceres das Comissões referentes aos mesmos.-----

----Acrescentou que deveria ser a Câmara a decidir se retirava a Proposta ou não.-----

----Disse que, no entanto, se comprometia a votar e não recorreria da decisão do Plenário.-----

----**A Presidente** repetiu que era o próprio parecer da Comissão que previa a sua votação em Plenário, acrescentando que talvez a melhor solução fosse devolver o parecer à Comissão a fim do mesmo ser alterado.-----

----Disse que o mais correto não era dizer que as regras teriam que ser sempre as mesmas, mas sim dizer que teria que haver sempre bom senso.-----

----**O Deputado Municipal Carlos Silva Santos** disse que a sua posição poderia significar uma ajuda para a Senhora Presidente no tratamento daquela questão, frisando que por um lado concordava com o conteúdo do parecer e entendia que ao votar favoravelmente o mesmo, estaria a votar contra o Plano, mas, por outro lado, também admitia que aquela matéria pudesse não ser agendada uma vez que a Proposta com as alterações ainda não tinha chegado à Assembleia.-----

----Manifestou concordância com a posição do Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo, salientando que quando as Comissões quisessem que os assuntos dos pareceres fossem votados em Plenário deveriam fazer uma proposta de recomendação, não um parecer.-----

----**O Deputado Miguel Graça** disse que não era inédito serem votadas as conclusões de



pareceres.-----

---Referiu que concordava com alguns membros da Conferência de Representantes que defendiam que o parecer em causa não deveria ser votado, mas também com a Presidente quando dizia que a questão poderia ser tratada de uma outra forma, e sempre com bom senso. -----

---**A Segunda Secretária** confessou ter uma enorme dificuldade em entender como é que se poderia aprovar o relatório e depois aprovar a proposta; disse não ver qualquer lógica em que num sítio se defendesse uma posição e noutra não se votasse de forma coerente com essa posição.-----

---Terminou, dizendo que algo não estava bem e que a proposta não poderia ser aprovada, reiterando que quem votara coerentemente o relatório, não poderia votar a proposta de outra forma.-----

---**O Deputado Municipal José Casimiro** sugeriu que depois de lido o parecer em Plenário, se convidasse a Câmara de Lisboa a pronunciar-se sobre o mesmo.-----

---**A Presidente** transmitiu que tinha avisado o Vereador Manuel Salgado que a referida proposta poderia não ser votada naquele dia.-----

---**O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo** chamou a atenção da 2.^a Secretária de que ainda na Assembleia anterior tinha havido grupos municipais a votarem conclusões de pareceres votados em várias Comissões.-----

---Garantiu que no seu Grupo havia liberdade para votar de forma diferente, nas Comissões e no Plenário.-----

---Sublinhou que naquele caso a questão poderia ser discutida em Plenário, com cada grupo municipal a assumir a sua posição, e concluiu que os que quisessem votar contra o Plano, poderiam fazê-lo.-----

---**O Deputado Municipal Sérgio Azevedo** declarou que havia votações sobre o mesmo assunto que ocorriam de uma forma nas Comissões e de forma diferente no Plenário.-----

---Observou que, naquele caso, o problema estava na redação do parecer e que era essa redação que poderia conduzir a eventuais votações diferentes.-----

---**O Deputado Municipal Miguel Graça** afirmou que se revia no texto do parecer e acrescentou que deveria ser dito com clareza se existia viabilidade do parecer ir a Plenário.-----

---Disse concordar com a afirmação de que o problema estava na redação do texto e não no conteúdo do parecer.-----

---**O Vereador Duarte Cordeiro** referiu que os pareceres não deveriam ser vistos como propostas e que era em Plenário que a Assembleia teria que assumir as suas responsabilidades.-----

---Concordou que fazia sentido conhecer-se a versão da Câmara sobre o parecer; disse ter conhecimento da existência de um compromisso entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Universidade Nova de que haveria transmissibilidade, concluindo que havia vontade da Câmara em explicar, independentemente de poder, no limite, conceder no parecer da Comissão.-----

---**Foi decidido** que, em primeiro lugar, seria apresentada, discutida e submetida a votação a proposta, a seguir, seria apresentado o parecer e, ainda, que o parecer não seria votado.-----

---**A Presidente** lembrou, ainda, que a proposta poderia ser retirada pela Câmara.-----

---Passou ao ponto quatro da ordem de trabalhos da vigésima segunda Sessão Extraordinária, referente à apreciação do Plano de Urbanização de Alcântara, começando por lamentar que não tivesse sido seguida a metodologia das duas fases. Salientou que, de futuro, todos os Planos seriam aprovados na generalidade e na especialidade, e em dois momentos.-----



----O Deputado Municipal Miguel Graça disse concordar com a metodologia.-----

----O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo transmitiu que essa possibilidade já havia sido abordada em reunião da 3.ª Comissão e que tinha havido consenso nesse sentido.-----

----A Presidente esclareceu que os Planos seriam, numa primeira fase, apreciados e votados na generalidade e que no caso de serem aprovados nessa fase baixariam às respetivas Comissões para análise e apresentação de eventuais sugestões.-----

Ponto 3: Propostas pendentes-----

----A Presidente referenciou a lista de propostas pendentes (doc. n.º 4) e informou que na Sessão Extraordinária convocada para o dia vinte e nove de julho se iria apreciar e votar o pacote do património municipal. Explicou que a discussão das propostas relativas às hastas públicas seria conjunta, excetuando a que dependia da aprovação do Plano de Pormenor Eixo Urbano Luz Benfica.-----

----Acrescentou que havia nove propostas de afetações e desafetações, as quais seriam objeto de apreciação conjunta, duas relativas a direitos de superfície que também iriam ser apreciadas em conjunto, e, por último, uma relativa a uma expropriação.-----

----Precisou que as propostas que tinham discussão conjunta, tinham votação em separado.-----

----Proseguiu, dizendo que na referida reunião também se iria apreciar um parecer da Comissão de Acompanhamento da Colina de Santana, a qual continha propostas de alteração sobre a Colina de Santana.-----

Ponto 4 : Calendário das reuniões plenárias de Setembro-----

----A Presidente invocou, de seguida, o calendário de reuniões plenárias da Assembleia Municipal - julho e setembro (doc. n.º 5), propondo que no dia nove de setembro não houvesse declarações políticas, justificando que a fiscalização política poderia ser feita logo no dia dezasseis.-----

Ponto 6: Outros assuntos-----

----A Presidente abordou o assunto da Assembleia Distrital de Lisboa, começando por fazer referência ao Edital n.º 42/CML/2014 (doc. n.º 6) e à Proposta n.º 38/CML/2014 (doc. n.º 7) e dizendo que continuava a aguardar que a referida entidade convocasse uma reunião, de forma a que pudesse ficar decidido qual a entidade recetora do seu património e solucionado o problema dos salários em atraso.-----

----Referiu, de seguida, o Edital n.º 41/CML/2014 (doc. n.º 8), esclarecendo que o mesmo estava relacionado com a tomada de posição do Conselho Metropolitano de Lisboa sobre o Anteprojecto de Regime Jurídico do Sistema de Serviço Público de Transporte de Passageiros.-----

----Por último, fez referência ao parecer da 3.ª Comissão Permanente relativo à Reclamação sobre o Quarteirão dos Marianos.-----

---- **Durante a reunião** foram distribuídos os documentos seguintes que se anexam a esta ata e que dela fazem parte integrante:-----

- *Draft* da ata n.º 17 (doc. n.º 1);-----
- Ordem de Trabalhos do dia 24.07.2014 (doc. n.º 2);-----
- Proposta n.º 6/AM/2014 (doc. n.º 3);-----
- Lista das propostas pendentes – 24 de julho de 2014 (doc. n.º 4);-----
- Calendário de reuniões plenárias da Assembleia Municipal - julho e setembro (doc. n.º 5);-----
- Edital n.º 42/CML/2014 (doc. n.º 6);-----
- Proposta n.º 38/CML/2014 (doc. n.º 7);-----
- Edital n.º 41/CML/2014 (doc. n.º 8)-----



---Nada mais havendo a acrescentar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa deu por encerrada a reunião, às treze horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

A Presidente _____

O Primeiro Secretário _____

A Segunda Secretária _____